



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 13/07/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### Supermercados vendem feijão partido, resto de frios, carcaça e pele de frango

Além do soro do leite, vendido como alternativa ao longa vida diante da disparada de preços, supermercados nas periferias de São Paulo têm comercializado itens como feijão fora do tipo, pontas de frios —bandejas com restos de queijo e presunto—, carcaça e pele de frango.

No Capão Redondo, na zona sul, a reportagem encontrou ao lado do feijão comum o chamado "feijão fora do tipo", composto por 70% de grãos inteiros e 30% feijão bandinha [partido], segundo o site da marca Solito Alimentos. A venda dele é autorizada desde que esteja identificado, "cumprindo as exigências de marcação e rotulagem".

No mercado, esse tipo de feijão saía a R\$ 8,48, enquanto o carioca tradicional da mesma marca custava R\$ 9,98. Na mesma loja, pontas de frios eram vendidas como promocionais, com pedaços de restos de queijo.

"A qualidade não é a mesma, e honestamente não gosto de consumi-los, porém necessito levar algum leite para casa", diz uma aposentada de 53 anos, moradora do Jardim Cocaia, que pediu para não ser identificada. Ela paga, no máximo, R\$ 7 para adquirir o soro, valor que faz diferença no fim do mês.

"Troco os produtos senão não dá para comprar. Diariamente os valores aumentam nos supermercados. É impossível manter a mesma qualidade de vida com a situação atual", diz a assistente administrativa Patrícia Ribeiro, 38, moradora do bairro Maranhão, na zona leste da capital. O leite condensado, por exemplo, custava o dobro da versão 'genérica', a mistura láctea, no mercado onde ela fazia compras.

Com mais de 15 milhões passando fome no Brasil, cresce o número de pessoas que se alimentam de produtos como carcaça e pele de frango comprados ou obtidos por doação.

"Comer pé, carcaça, aqui em casa tá sendo luxo quando tem. Nem ovo a gente pode comprar mais, porque tá caro", relata Ionara Jesus, moradora de São Paulo (SP).

Segundo relatório da ONU (Organização das Nações Unidas), 61,3 milhões (cerca de 3 em cada 10 habitantes do Brasil) convivem com algum tipo de insegurança alimentar. Destes, 15,4 milhões estão em insegurança alimentar grave, ou seja, passam fome.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 13 de julho.

### Covid atrasa igualdade de gênero em uma geração, diz Fórum Econômico Mundial

O progresso global na redução da desigualdade de gênero tem sido lento demais para recuperar as perdas acumuladas durante a pandemia de Covid-19, de acordo com o mais recente relatório Global Gender Gap Report, do Fórum Econômico Mundial, publicado nesta terça-feira (12).

Segundo o documento, a Covid-19 atrasou o avanço da paridade de gênero em uma geração e a recuperação tem sido fraca demais para compensar as perdas. "À medida que a economia global entra em seu terceiro ano de disrupção contínua, levará mais 132 anos para fechar a lacuna de gênero", diz a instituição.

O resultado de 2022 representa uma melhora em relação ao ano anterior, em que era preciso esperar 135,6 para acabar com a disparidade global de gênero já havia aumentado, mas não compensa a piora geracional que ocorreu nos anos de pandemia.

Em 2020, essa lacuna era estimada em cem anos.

Em 94º lugar, de uma lista de 146 países, o Brasil tem uma população aproximada de 108,1 milhões de mulheres. Segundo o relatório, o país teve uma pequena melhora na diferença de oportunidades entre homens e mulheres, em relação a 2021.

O país teve pontuação de 0,696 (de 0 a 1), ficando classificado abaixo do Chipre (93º) e acima de Belize (95º). Na comparação com os vizinhos, o Brasil fica bem atrás de Argentina (33º), Guiana (35º), Peru (37º), Bolívia (51º), Uruguai (72º), Colômbia (75º) e Paraguai (80º).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 13 de julho.

## Aneel reduz tarifas de energia de dez distribuidoras

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira (12) a redução na cobrança da conta de luz de dez distribuidoras que atuam em diferentes estados do País. A revisão tarifária prevê uma queda de até 5,26% no preço da energia elétrica.

A revisão tarifária segue aplicação da lei que determina a devolução integral aos consumidores de energia de créditos tributários após a decisão que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins.

As novas tarifas entram em vigor a partir de quarta-feira (13). "Os valores a serem devolvidos foram apurados e incluídos como componente financeiro nos processos tarifários das distribuidoras", informou a agência, em um comunicado.

Ebo; 5,26%, Enel Rio de Janeiro; 4,22%, CPFL Santa Cruz; 2,32%, CPFL Paulista; 2,44%, Esse; 4,47, Enel Ceará; 3,01%, Coelba; 0,50%, Cosern; 1,54%, Celpe; 4,07%, Sulgipe; 4,88%.

Segundo a Aneel, as revisões nas tarifas das distribuidoras Energisa Mato Grosso do Sul (EMS) e da Energisa Mato Grosso (EMT) foram adiadas, pois os créditos ainda não foram habilitados pela Receita Federal. Já a revisão das distribuidoras Equatorial Alagoas e Light foram adiadas por conta de decisões liminares na Justiça.

"No caso de distribuidoras cujos processos tarifários ainda não ocorreram em 2022, o colegiado da Aneel informa que fará os devidos cálculos do impacto da devolução no momento do reajuste/revisão de cada empresa", diz o comunicado.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 13 de julho.

## Banco Central não vê aumento da inércia inflacionária, afirma Diogo Guillen

O diretor de Política Econômica do Banco Central, Diogo Abry Guillen, enfatizou na manhã desta segunda-feira, 11, que os cálculos da autoridade monetária não apontam para um aumento da inércia da inflação, a despeito da alta persistente de preços desde o ano passado.

"Nossa hipótese de trabalho é de que não houve mudança no parâmetro de inércia. O que temos são choques persistentes no tempo, o que leva a confundir com persistência da inércia", afirmou, em evento virtual promovido pelo Credit Suisse.

Guillen destacou ainda que o Copom elevou a estimativa de taxa neutra da economia brasileira de 3,5% para 4,0% com o entendimento de que o novo patamar reflete um balanço de riscos mais simétrico. "Com inflação e juro mais altos, os modelos tentem a buscar uma taxa neutra mais alta, que não é o caso", ponderou.

Diogo Guillen também disse no evento que a sustentação da queda observada nos preços de commodities na margem vai depender de fatores macroeconômicos e microeconômicos à frente. De acordo com Guillen, o risco de uma recessão global é um dos fatores macroeconômicos que pesam para a desaceleração das commodities. Ao mesmo tempo, a redução das expectativas de crescimento da China e Estados Unidos ajuda a explicar o movimento, com impacto sobre os preços de commodities metálicas.

Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 13 de julho.

## Governo vai elevar projeção de crescimento do PIB para 2% neste ano

O Ministério da Economia vai revisar sua estimativa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em 2022, de 1,5% para 2%, segundo fontes do governo ouvidas pela Folha.

A nova projeção indica uma melhora na perspectiva para a atividade econômica neste ano, na esteira dos números positivos observados na produção industrial, no volume de serviços e na queda do desemprego.

Já para 2023, a estimativa deve ser mantida em alta de 2,5%. O anúncio está programado para a próxima quinta-feira (14).

O dado sobre o PIB serve de referência para a revisão bimestral do Orçamento, que será concluída até o dia 22 de julho.

Um crescimento mais robusto da economia neste ano se traduz em um volume maior de receitas para o governo, contribuindo para reduzir o déficit nas contas.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 13 de julho.